



DEMOCRACIA VIVA

37

DEZEMBRO 2007

**Dez anos de
compromisso
com a informação
crítica e cidadã**

Bebês milionários, oferta de serviços públicos e redistribuição da renda

A partir do estudo “Os ricos no Brasil”, Marcio Pochmann e sua equipe identificaram que 20 mil clãs familiares, grupos riquíssimos, apropriam-se de, aproximadamente, 70% dos juros que o governo federal paga anualmente aos detentores dos títulos da dívida pública. Pode-se supor que um clã familiar seja formado por um conjunto de 50 pessoas: avôs, avós, pais, mães, tios, tias, cunhados, cunhadas, sogros, sogras, genros, noras, primos, primas, irmãos, irmãs e bebês. Trata-se de um contingente ao redor de 1 milhão de pessoas.

Fica fácil fazer a conta para saber quanto cada membro de um desses clãs ganhou por mês, em média, em 2006. Nesse mesmo ano, foram destinados pela União ao pagamento de juros da dívida interna mais que R\$ 152 bilhões. Somente dessa



10 REAIS

50 REAIS

100 REAIS

A 027207

A 0069000253 A

00

BRASIL

10

A 6024050688 A

100 CEM REAIS

fonte, cada rentista rico embolsou por mês R\$ 8.873,38 de renda bruta – supondo que tais clãs não possuem títulos públicos da dívida externa brasileira. Imaginem: até os bebês pertencentes a esses clãs obtiveram essa belíssima renda.

O governo federal, também no ano de 2006, possuía 2.284.522 funcionários e funcionárias inativos e ativos, militares e civis, em todos os poderes. Por seu trabalho, ou por já terem trabalhado, cada uma dessas pessoas ganhou, em média, como renda mensal bruta, aproximadamente R\$ 3.785,30.

Deve ser enfatizado que as rendas mencionadas são brutas. A renda líquida – ou disponível para o gasto – é a renda bruta menos os impostos e contribuições. Os rentistas descontam de 15% a 22,5% de Imposto de Renda, dependendo do tempo de carregamento dos títulos. Os funcionários e funcionárias públicos, além do Imposto de Renda, cuja maior alíquota é 27,5%, pagam 11% de contribuição previdenciária sobre o total dos seus rendimentos.

Portanto, a diferença entre a renda líquida de um funcionário público e a de um bebê rentista e rico tende a ser maior do que a diferença entre suas rendas brutas mensais. Para obter o seu salário, o funcionário público deve, necessariamente, despender força física e mental, isto é, trabalhar.

O bebê rentista obtém sua renda apenas brincando ou mesmo dormindo – ainda não pode trabalhar e poderá permanecer nessa situação por muito tempo. Poderá permanecer improdutivo mesmo quando se tornar pai ou mãe, tia ou tio, sogro ou sogra, nora ou genro, avô ou avó. Afinal, uma renda mensal superior a R\$ 8 mil, obtida sem qualquer esforço, é satisfatória. Ademais, o rentistazinho possui um brinquedo cujo nome conhecerá apenas quando for adulto: estoque de ativos financeiros. Ele poderá, eventualmente, utilizá-lo de forma parcial para comprar, por exemplo, uma bela mansão.

Há mais disparidades na comparação entre a vida de um funcionário público e a de um bebê rentista. Pode-se supor que o núcleo familiar do bebê que compõe o clã seja formado por quatro pessoas: o pai, a mãe, o *baby* rentista e sua irmãzinha. Uma bela família, com uma renda bruta (brutal) mensal obtida somente no governo federal de mais de R\$ 35 mil. Pode-se supor que um núcleo familiar de um funcionário público seja composto da mesma forma que o núcleo do bebê rentista. Se os cônjuges

desse núcleo forem funcionários públicos, sua renda equivalerá, aproximadamente, a um quinto da renda do núcleo do *baby* rentista.

Choque bem-vindo

Há algumas conclusões importantíssimas que podem ser tiradas dessa fábula real. Primeiro, se o governo pagasse uma renda média mensal aos bebês rentistas e a seus familiares credores da dívida pública interna igual àquela que paga ao funcionalismo público, o que continuaria a ser um valor muito elevado, teria recursos para contratar 1.212.780 novos funcionários e funcionárias. E esta é a condição básica para que haja um choque de oferta de serviços públicos de qualidade no país. Hoje, a União possui apenas um pouco mais que 1 milhão 100 mil funcionários e funcionárias ativos. Poderíamos, então, contratar milhares de médicos, professores, assistentes sociais e fiscais, entre outros profissionais, para servir a toda a sociedade.

Contratar mais de 1 milhão de funcionários e funcionárias públicos em curto espaço de tempo não seria uma aventura brasileira. No Reino Unido, recentemente,

antecipando uma mudança do ciclo econômico, Gordon Brown utilizou o gasto [público] de forma contra-cíclica para manter o crescimento. Na mais pura tradição keynesiana, esse gasto público passou a ter papel importante na criação de empregos: entre 1998 e 2003, mais de 500.000 empregos foram criados no setor público, o que permitiu manter o crescimento. (Faucher-King; Le Galès, 2007, pag. 34).

Contratar mais de 1 milhão de funcionários e funcionárias no Brasil equivale, em termos proporcionais, a fazer o que fez o Reino Unido: abriríamos concursos públicos para contratar um pouco menos que 1% da população, tal como fez Tony Blair. Ademais, lá no Reino Unido, “o orçamento do National Health Service (Serviço Nacional de Saúde) dobrou entre 1997 e 2005. (...) O tamanho do gasto público como proporção do PIB subiu, passando de 36% do PIB, em 1998, para 44%, em 2005” (idem).

Aqui, não seria necessário aumentar os gastos da União para realizar o choque de oferta de serviços públicos, mas tão-somente gastar melhor: reduzir o gasto com o pagamento de juros, que não gera empregos nem bem-estar, e aumentar o gasto na rubrica “despesas com pessoal e encargos”. A trajetória

desejável de redução do déficit orçamentário seria mais provavelmente alcançada com essa nova composição de gastos públicos porque haveria crescimento econômico e aumento da arrecadação, já que funcionários e funcionárias do governo gastam quase a totalidade do que recebem gerando mais renda e empregos.

A segunda conclusão é que é muito importante analisar a distribuição funcional da renda, dado que o Índice de Gini – que mede a desigualdade de renda com base na Pesquisa por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) –, não capta as diferenças de renda entre o funcionário público e o bebê rentista. O Índice de Gini mede a diferença entre as rendas que remuneram o trabalho, portanto, não leva em conta as rendas do capital: juros e lucro. A distribuição funcional da renda no Brasil, em 1995, era a seguinte: o total pago na forma de salários como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) era superior a 35%, enquanto as rendas do capital eram pouco superiores a 31%.

Dez anos depois, em 2005, as posições se inverteram. A proporção do total de salários no PIB é inferior a 31%, enquanto a proporção das rendas do capital está quase alcançando 36%. Mais preocupante ainda, além dos números destacados, é a trajetória indicada no Gráfico, em que o Ano 1 corresponde a 1995 e o ano 10 a 2004. O formato de tesoura indicado no gráfico mostra o corte mais perverso que a sociedade brasileira vem sofrendo nos últimos anos.

A última conclusão, mas não menos importante, é que o Estado brasileiro deve recuperar a ousadia de fazer, de realizar, de verdadeiramente mudar o país, que se encontra em condições precárias para a maioria da população. A dívida pública de oferta de serviços com a sociedade é muito maior do que a dívida pública com os clãs credores.

O governo deve honrar as suas dívidas, deve pagar o serviço financeiro de acordo com os prazos contratuais e, além disso, deve ofertar serviços públicos de forma universal e de qualidade. Mas deve pagar juros civilizados aos clãs credores para que possa ter condições de honrar os compromissos sociais estabelecidos na Constituição do Brasil.

A Constituição é um contrato social que ninguém deveria ousar desrespeitar, mas a sociedade já perdeu o prazo para ver o seu cumprimento. Vamos fazer o que os países do Norte – por exemplo, o Reino Unido – fazem. Não vamos fazer o que eles recomendam. Devemos contratar funcionários e funcionárias públicos, reduzir as desigualdades de renda entre capital e trabalho e ofertar, pelo menos, serviços de saúde e educação de qualidade para todas as pessoas. ■

* **João Sicsú**

Diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea) e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

REFERÊNCIA

FAUCHER-KING, Florence; LE GALLES, Patrick. *Tony Blair, 1997–2007 Le bilan des réformes*. Collection Nouveaux Débats. Paris: Les Presses Sciences PO, 2007.

Participação do capital e do salário no PIB

